



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**A Eficácia do Sistema Prisional Brasileiro na Ressocialização de Egressos : uma revisão
narrativa**

Kaique Rodrigues de Moraes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Cristina Campos

Goiânia, junho de 2026



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

A Eficácia do Sistema Prisional Brasileiro na Ressocialização de Egressos : uma revisão narrativa

Kaique Rodrigues de Moraes

Estudo apresentado como requisito para
conclusão da disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso II do curso de Psicologia
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Orientadora: Daniela Cristina Campos

Goiânia, junho de 2026

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

Curso de Psicologia

Eixo: Integração e Prática

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Professor(a): Daniela Cristina Campos

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 08/06/2026, às 7:30 horas, o (a)(s) estudante(s)
Kaique Rodrigues de Moraes

do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, expôs, em Sessão Pública de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, o trabalho intitulado

A eficácia do sistema prisional brasileiro na ressocialização de egressos: uma revisão narrativa

para a Banca de Avaliação composta pelos (as) docentes:

Daniela Cristina Campos ; Karolinne Del Carmen Trucco da Cunha ; Jordana Letícia da Cunha

O trabalho da Banca de Avaliação foi conduzido pelo (a) docente Presidente que, inicialmente, após apresentar os docentes integrantes da Comissão, concedeu 20 minutos ao (a) estudante (a) para que este (a) expusesse o trabalho. Após a exposição, o (a) docente Presidente concedeu a palavra a cada membro convidado da Comissão para que estes arguissem o (a) estudante. Após o encerramento das arguições, a Banca de Avaliação, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do (a) estudante na exposição, considerada a trajetória deste (a) no desenvolvimento do TCC. Como resultado da avaliação, a Banca de Avaliação deliberou pela:

☒ Aprovação;

☐ Aprovação, condicionado às correções recomendadas pelos membros da banca;

☐ Reprovação.

□

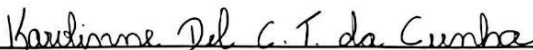
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Av. Universitária, 1069 | Setor
Universitário | Caixa Postal 861
CEP 74605-010 | Goiânia
Goiás | Brasil
www.pucgoias.edu.br

Aprovação, condicionada às correções recomendadas pelos membros da banca:

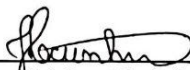
A Banca de Avaliação conclui que o(a) estudante está **APROVADO(A)** condicionado às correções de forma e/ou conteúdo recomendados. As correções deverão ser indicadas no formulário de Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso. O(A) estudante terá o prazo de 7 dias para os ajustes e entrega da versão final ao professor (a) orientador (a), contado a partir da data da sessão de apresentação pública do TCC.



Professor(a) Orientador (a) - Presidente



Professor(a) Convidado (a) – Avaliador (a)



Professor(a) Convidado (a) – Avaliador (a)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, àqueles que estiveram próximos de mim ao longo desta trajetória e àqueles que considero minha família. Sem eles, eu não teria desenvolvido a percepção de vida que possuo hoje, nem construído aquilo que considero uma das mais importantes qualidades de um ser humano e de um profissional: a empatia.

Gostaria de agradecer também à faculdade. E, quando menciono a faculdade, refiro-me aos professores e aos profissionais que trabalham na instituição. Agradeço por terem me proporcionado reflexões, angústias e o desconforto de me importar com aquilo que eu tinha o dever de apresentar em um nível de qualidade satisfatório.

Por fim, gostaria de agradecer a mim mesmo. Por ter sido generoso, egoísta, ansioso e paciente. Por ter sido humano. E por, independentemente dos fatores, continuar ansiando por ser o melhor naquilo que faço.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a (in)eficácia do sistema prisional brasileiro no processo de ressocialização de egressos, a partir de uma perspectiva psicossocial crítica.

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio de buscas nas bases de dados SciELO, LILACS, APA PsycINFO, Portal de Periódicos CAPES e ResearchGate, utilizando descritores relacionados à ressocialização, sistema prisional e contexto psicossocial. Foram incluídos nove artigos publicados entre 2017 e 2025, selecionados conforme critérios de relevância temática e qualidade metodológica. Os resultados evidenciaram limitações estruturais e institucionais do sistema prisional, como superlotação, precariedade nas áreas de saúde e educação, insuficiência de políticas públicas e dificuldades na atuação profissional. Também foram identificados fatores psicossociais que dificultam a reinserção social, entre eles o estigma, o preconceito, a exclusão social e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, os estudos apontam a relevância das redes de apoio familiar, da educação e da empregabilidade como elementos fundamentais no processo de ressocialização. Conclui-se que, embora existam iniciativas institucionais voltadas à reintegração social de egressos, estas ainda se mostram insuficientes diante das múltiplas vulnerabilidades que atravessam essa população, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e de estratégias intersetoriais de apoio psicossocial.

Palavras-chave: ressocialização; sistema prisional; egressos; psicologia; exclusão social.

Abstract

This study aimed to analyze the (in)effectiveness of the Brazilian prison system in the resocialization process of former inmates from a critical psychosocial perspective. It is a narrative literature review conducted through searches in the SciELO, LILACS, APA PsycINFO, CAPES Journal Portal, and ResearchGate databases, using descriptors related to resocialization, prison system, and psychosocial context. Nine articles published between 2017 and 2025 were selected according to thematic relevance and methodological quality criteria. The results revealed structural and institutional limitations of the Brazilian prison system, such as overcrowding, precarious health and education conditions, insufficiency of public policies, and difficulties in professional practice. Psychosocial factors that hinder social reintegration were also identified, including stigma, prejudice, social exclusion, and difficulties entering the labor market. On the other hand, the studies highlight the importance of family support networks, education, and employability as fundamental elements in the resocialization process. It is concluded that, although there are institutional initiatives aimed at the social reintegration of former inmates, these measures remain insufficient in the face of the multiple vulnerabilities affecting this population, demonstrating the need to strengthen public policies and intersectoral psychosocial support strategies.

Keywords: resocialization; prison system; former inmates; psychology; social exclusion.

Sumário

Introdução.....	6
Método.....	9
Resultados e Discussões.....	13
Eixos temáticos.....	16
Considerações Finais.....	21
Referências.....	23

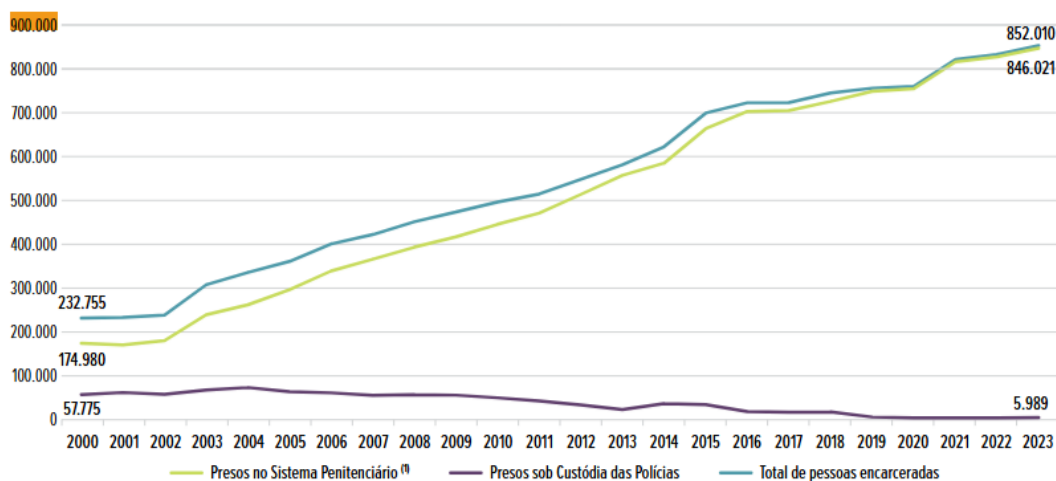
Introdução

Estatísticas evidenciam que o Brasil está entre os países com as maiores populações carcerárias do mundo, ocupando a terceira posição global. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 indicam que a população privada de liberdade ultrapassa a marca de 900.000 pessoas, refletindo um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior (FBSP, 2024). Diante desse cenário, torna-se esperado o enfrentamento de problemas estruturais no sistema prisional. A superlotação é um dos principais deles, sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como um “estado de coisas inconstitucional”, caracterizado por violações sistemáticas de direitos humanos (BRASIL, 2023).

Na figura 1 abaixo, baseado nos indicadores do Anuário de Segurança Pública de 2024, ilustra a curva ascendente e ininterrupta da população prisional no Brasil. Em um intervalo de pouco mais de vinte anos (2000 a 2023), o contingente de pessoas privadas de liberdade saltou de 57.775 para mais de 852 mil. (FBSP, 2024).

GRÁFICO 87

Evolução da população prisional
Brasil, 2000-2023



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Considera os presos no sistema penitenciário estadual e federal.

Figura 1

Gráfico 87; Evolução da população prisional; Brasil, 2000-2023

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o objetivo do sistema prisional brasileiro, sua aplicação prática e sua efetividade frente às diretrizes legais. Em teoria, o sistema tem como finalidade central a ressocialização do apenado, e não apenas a punição. Essa perspectiva fundamenta-se na teoria mista ou unificadora da pena, proposta no Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940). A pena possui caráter preventivo e repressivo que articula o caráter punitivo com a prevenção de novos delitos, buscando não apenas retirar o indivíduo temporariamente do convívio social, mas também prepará-lo para sua reinserção.

A Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7.210/1984) estabelece, em seu artigo 1º, que a execução da pena deve proporcionar condições para a integração social do condenado, assegurando direitos fundamentais como assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, com base no princípio da dignidade da pessoa humana. Além disso, prevê diferentes regimes de cumprimento de pena, como o fechado, semiaberto e aberto, bem como outras modalidades de privação de liberdade, que deveriam garantir condições mínimas de dignidade.

Entretanto, observa-se uma discrepância significativa entre o que é previsto legalmente e a realidade do sistema prisional brasileiro. O ambiente carcerário é frequentemente descrito como marcado por superlotação, precariedade estrutural, violência e ausência de condições adequadas de saúde e educação. Nessas condições, estabelecem-se dinâmicas internas complexas, com formação de grupos e hierarquias, o que contribui para a instabilidade do ambiente e levanta questionamentos sobre a efetividade da proposta ressocializadora (Castanho, 2019).

Além disso, é necessário considerar que o fenômeno da criminalidade está diretamente relacionado a fatores estruturais, como desigualdade social e má distribuição de renda. Dados da Oxfam (2024) indicam que 63% da riqueza do país está concentrada nas mãos de 1% da população. Esse cenário contribui para a manutenção de condições de

vulnerabilidade, nas quais grande parte da população enfrenta baixa escolaridade, acesso limitado a direitos básicos e restrições no mercado de trabalho. Tais fatores estão frequentemente associados a trajetórias marcadas por exclusão social, preconceito e marginalização.

Nesse sentido, muitas das dificuldades vivenciadas por pessoas privadas de liberdade durante o encarceramento tendem a se perpetuar no período pós-cárcere. O processo de reinserção social não se restringe ao momento posterior ao cumprimento da pena, devendo ser compreendido como contínuo, envolvendo o antes, o durante e o depois da privação de liberdade. Assim, torna-se necessário que recursos voltados ao apoio social, psicológico e de saúde estejam disponíveis ao longo de todo esse processo (Castanho, 2019).

O trabalho do psicólogo no sistema prisional envolve o acolhimento, a escuta qualificada, a psicoeducação e intervenções psicoterapêuticas voltadas à reestruturação de crenças e à elaboração de experiências marcadas por exclusão, violência e estigmatização. Também se destaca a atuação no fortalecimento de vínculos sociais e na construção de estratégias que favoreçam a reinserção social (Castanho, 2019).

No entanto, a atuação profissional ocorre em condições limitadas, uma vez que as atividades desenvolvidas no sistema prisional frequentemente são realizadas sem recursos materiais adequados, em espaços improvisados e sob alta demanda. Profissionais como psicólogos e assistentes sociais, muitas vezes, têm sua atuação direcionada ao cumprimento de exigências institucionais e judiciais, o que reduz a possibilidade de intervenções mais amplas voltadas às necessidades sociais e psicológicas dos indivíduos (Rossetto et al, 2022).

No campo das políticas públicas, existem iniciativas voltadas à atenção à população privada de liberdade e aos egressos, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, os Escritórios Sociais propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, o Programa de Inclusão

Social de Egressos Prisionais, além de projetos como o Projeto Nova Chance, o Projeto Alvorada e a atuação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados. Também se destacam dispositivos como as Centrais de Atenção ao Egresso e Família e os Centros de Referência de Assistência Social, que buscam oferecer suporte no processo de reinserção (Soares et al, 2025; Sousa et al, 2019; Gomes et al, 2020; Miranda et al, 2022; Castanho, 2019).

Apesar da existência dessas iniciativas, sua implementação ocorre de forma desigual e, em muitos casos, com limitações estruturais. A continuidade do acompanhamento após o cumprimento da pena nem sempre é garantida, especialmente em relação à capacitação profissional, ao acompanhamento psicológico e ao acesso a serviços de saúde, o que compromete a efetividade dessas ações (Castanho, 2019).

Após o cumprimento da pena, o egresso enfrenta novamente desigualdade, estigma e dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A rejeição social e a limitação de oportunidades contribuem para a manutenção de um ciclo de exclusão e para a reincidência criminal. Dessa forma, os desafios da ressocialização não se restringem à atuação do Estado, mas envolvem também construções sociais que reforçam o estigma e a marginalização (Mutz e Aranzedo, 2021); (Santos e Silva, 20215); (Castanho, 2019).

A compreensão dessas dificuldades pode ser ampliada a partir da teoria do estigma proposta por Goffman (1988). Para o autor, o estigma consiste em um atributo socialmente desvalorizado que reduz o indivíduo de uma condição de pessoa plena e comum para uma condição marcada pela inferiorização e pela rejeição social. Nesse processo, determinadas características ou experiências passam a definir a identidade do sujeito perante a sociedade, produzindo discriminação e limitando suas oportunidades de participação social. No caso das pessoas privadas de liberdade e dos egressos do sistema prisional, a identidade associada ao encarceramento frequentemente se sobrepõe às demais dimensões de sua trajetória,

dificultando o acesso ao trabalho, à educação e ao restabelecimento de vínculos sociais, elementos fundamentais para a reinserção social.

A partir da perspectiva do construcionismo social, os fenômenos sociais são compreendidos como produtos das interações humanas e dos processos discursivos que produzem sentidos sobre a realidade (Spink & Medrado, 2013). Nessa abordagem, categorias como “criminoso”, “detento” ou “egresso” não são entendidas como descrições neutras ou naturais, mas como construções sociais atravessadas por valores, relações de poder e contextos históricos específicos. Desse modo, as dificuldades enfrentadas por pessoas privadas de liberdade e por egressos do sistema prisional podem ser analisadas não apenas a partir de características individuais, mas também pelos significados socialmente atribuídos a esses sujeitos, que frequentemente contribuem para processos de estigmatização, exclusão e limitação de oportunidades de reinserção social.

A escolha desta temática justifica-se pela relevância social, política e psicológica do sistema prisional brasileiro, especialmente diante do crescimento contínuo da população carcerária e das limitações enfrentadas no processo de ressocialização de egressos (FBSP, 2024). Embora a legislação brasileira estabeleça que a pena deve possuir finalidade ressocializadora, observa-se, na prática, a permanência de condições marcadas por superlotação, precariedade estrutural, violação de direitos e insuficiência de políticas públicas efetivas. Nesse contexto, torna-se fundamental ampliar as discussões acerca das dimensões psicossociais envolvidas no encarceramento e no período pós-cárcere, considerando não apenas os impactos sobre os egressos, mas também os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nesse campo.

O estudo teve como objetivo analisar a eficácia do poder público e do sistema prisional brasileiro, evidenciando as dificuldades em garantir a ressocialização e os direitos

humanos básicos, com foco nas questões psicossociais, na desigualdade e nos processos de exclusão que sustentam a continuidade desse fenômeno.

Método

A construção da revisão narrativa partiu da definição dos conceitos-chave que orientaram toda a investigação, sendo eles: ressocialização de presidiários, sistema carcerário e contexto social/psicossocial. A partir desses conceitos, realizou-se a conversão em descritores de busca em língua portuguesa e inglesa, visando ampliar o alcance das produções científicas localizadas. Foram utilizados os seguintes termos equivalentes: “Ressocialização de Presidiários” (Prisoner rehabilitation), “Presidiários” (Inmates/Prisoner), “Sistema carcerário” (Prison System) e “Contexto social/psicossocial” (Social Context/Psychosocial).

Inicialmente, procedeu-se à consulta aos vocabulários controlados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), com o objetivo de verificar a existência de descritores oficiais relacionados ao tema. No DeCS, foram realizadas buscas pelos termos “Ressocialização de presidiários”, “Ressocialização”, “Egressos do sistema prisional”, “Reintegração social”, “Reinserção social”, “Psicossocial”, “Prisão”, “Sistema prisional”, “Prisioneiros” e “Readaptação social”. No MeSH, foram pesquisados os descritores “Prisoner rehabilitation”, “Social Reintegration”, “Psychosocial prisoner rehabilitation” e “Psychological prisoner rehabilitation”.

Após a definição dos descritores, realizou-se a busca de artigos científicos em diferentes bases de dados, priorizando aquelas acessíveis por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), biblioteca virtual amplamente referenciada que reúne milhares de publicações científicas de elevada relevância para o meio acadêmico. Por intermédio do Portal CAPES, foram consultadas bases de dados amplamente utilizadas na área da Psicologia e das Ciências da Saúde, sendo elas a Scientific

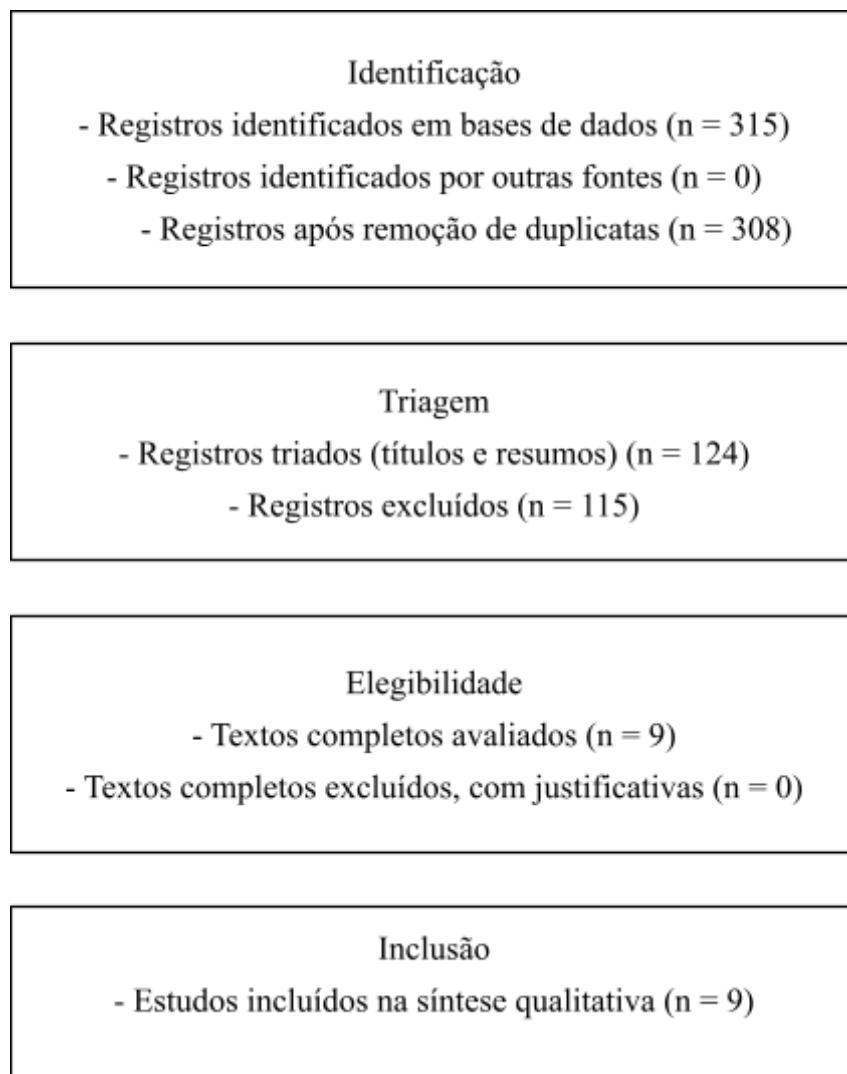
Electronic Library Online (SciELO), caracterizada como uma biblioteca virtual e modelo de publicação eletrônica de acesso aberto para revistas científicas; a APA PsycINFO, reconhecida como um dos índices bibliográficos mais confiáveis e abrangentes do mundo na área da psicologia e das ciências comportamentais; a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), importante base científica e técnica em saúde da região; além da plataforma ResearchGate, considerada uma das maiores redes sociais acadêmicas e científicas do mundo, gratuita e voltada para pesquisadores, cientistas e estudantes.

Foram considerados critérios de inclusão: revisão por pares, artigos científicos publicados no período entre 2015 e 2025, acessíveis de forma gratuita e na íntegra, que tratassem do contexto carcerário brasileiro e estivessem publicados em português. Como critérios de exclusão foram estabelecidos: artigos que não estivessem disponíveis integralmente, que tratassem de contextos carcerários de outros países publicados em língua estrangeira e que tratassem de aspectos apenas jurídicos.

Embora o presente estudo se caracterize como uma revisão narrativa da literatura, optou-se pela utilização de um fluxograma inspirado no modelo PRISMA (Moretti et al., 2022) com a finalidade de apresentar, de maneira mais clara e transparente, o processo de busca, seleção, inclusão e exclusão dos artigos analisados. Ressalta-se que o uso do fluxograma não configura este trabalho como uma revisão sistemática, mas apenas como um recurso metodológico auxiliar para organização e demonstração das etapas de seleção dos estudos.

Inicialmente foram identificados 315 registros, na primeira avaliação 191 deles foram excluídos por estarem duplicados ou não terem os textos completos na íntegra, restando para a análise de títulos e resumos 124 artigos. Após a leitura, apenas 11 artigos atenderam os critérios de elegibilidade, partindo para a leitura dos textos completos, após essa leitura, dois

artigos foram excluídos, restando nove artigos que compuseram o corpus do presente trabalho.



Nota: Fluxograma Prisma da pesquisa realizada.

Resultados e Discussão

A seleção final desta pesquisa consistiu em nove estudos, publicados entre 2017 e 2025. Embora o recorte temporal estabelecido tenha sido de dez anos (2015–2025), a produção científica sobre o tema revelou-se descontínua, com ausência de publicações que

atendessem aos critérios de inclusão em anos específicos, como 2015, 2016, 2018 e 2023.

Observa-se, contudo, um período de maior efervescência acadêmica entre 2019 e 2022, intervalo que concentrou seis das nove obras analisadas (conforme detalhado na Tabela 1).

Quanto ao rigor metodológico, nota-se uma clara preferência por abordagens qualitativas e empíricas. Dos nove trabalhos, sete dedicaram-se ao contato direto com a realidade prisional, utilizando entrevistas, estudos de caso e investigações de campo para dar visibilidade às experiências de detentos, egressos e profissionais da ponta (Soares et al, 2025; Castanho, 2019; Mutz et al, 2021; Sousa et al, 2019; Gomes et al, 2020; Santos et al, 2017; Miranda et al, 2022) . Complementando esse panorama, dois estudos de natureza teórica e integrativa promoveram o debate crítico sobre a estrutura do sistema prisional brasileiro e os gargalos da assistência à saúde nesse contexto (Alfredo et al, 2024) e (Rossetto et al, 2022).

Os artigos utilizados na presente revisão estão descritos na Tabela 1, na qual são apresentados os títulos das produções, seus respectivos autores, anos de publicação e objetivos centrais de cada estudo. A organização desses dados possibilita uma visualização sistemática das principais características das pesquisas analisadas, favorecendo a compreensão do panorama científico acerca da temática investigada.

Tabela 1

Caracterização dos estudos selecionados

Título	Autores	Ano de publicação	Objetivo
A atuação da administração prisional no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à ressocialização de egressos do sistema prisional brasileiro	Marlos Farias Soares Tatiana Barbosa de Paula Cruz Livia Maria de Pádua Ribeiro Lilian Bambirra de Assis	2025	O objetivo é analisar a atuação da administração prisional no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à ressocialização de egressos do sistema prisional brasileiro.

O sistema prisional brasileiro e a ressocialização do preso	Carlos Augusto de Melo Alfredo Letícia Ramos Aleixo Alison Lucas Montoani Alves	2024	Analisar a ineficácia do estado do sistema prisional brasileiro com a ressocialização dos presos em virtude da não observância dos dispositivos da lei de execução penal e da Constituição Federal.
Programas de reinserção social para egressos do sistema prisional no Brasil: há um olhar para o recorte de gênero?	Raquel Barbosa Miranda Alejandro Goldberg Ximena Pamela Diaz Bermudez	2022	Realizar uma análise documental sobre estratégias e programas governamentais e não governamentais direcionadas à reinserção social de egressos do sistema prisional brasileiro, com recorte de gênero, por meio de uma matriz analítica construída entre outubro de 2020 a outubro de 2021.
Olhar profissional no atendimento em saúde às pessoas privadas de liberdade: revisão integrativa	Maíra Rossetto Cintia Goulart Ribeiro Alves Gabiéli Drechsler Laryssa Faccin Kuerten Renan Mendonça de Souza Joanna d’Arc Lyra Batista	2022	A revisão integrativa buscou descrever a visão de profissionais das diversas áreas da saúde a respeito do atendimento às pessoas privadas de liberdade.
Marcados pelo crime: Os Desafios enfrentados no processo de reinserção social de pessoas que cumpriram pena em regime fechado	Jhennyfer Jully Mutz Alexandre Cardoso Aranzedo	2021	Identificar os desafios enfrentados no processo de ressocialização após a experiência de cumprimento de pena em regime fechado, bem como identificar possíveis preconceitos e tipos de violência sofridos, além de verificar a participação familiar no auxílio dessa busca.
O projeto alvorada no instituto federal de goiás: Ressocialização de egressos do sistema prisional	Priscila de Lima Gomes Léia Adriana da Silva Santiago	2020	Buscou analisar os desafios e possibilidades de ressocialização do egresso do sistema prisional, por meio do Projeto Alvorada, ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
O Direito Humano à Educação nas Prisões: um estudo de caso sobre a Educação de Jovens e Adultos no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Bahia.	Rozineide da Silva Carneiro Sousa José Cláudio Rocha	2019	Compreender como está sendo ofertada e organizada a Educação de Jovens e Adultos no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, e, se esse processo contribui para a efetivação do direito humano à educação dos presos, sob a ótica das normativas nacionais e internacionais
A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e Família	Ana Carolina Ferreira Castanho	2019	Compreender o processo de reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e Família da região noroeste do estado de São Paulo a partir da perspectiva bioecológica de Bronfenbrenner.
Os sujeitos egressos prisionais e o processo de(re)inserção social	Thalita Mara dos Santos Luiz Carlos Avelino da Silva	2017	Abordar o processo de reinserção social dos egressos prisionais na perspectiva desses indivíduos

A análise dos nove artigos selecionados possibilitou sua organização em quatro eixos temáticos principais: (1) políticas públicas e atuação institucional; (2) processos de ressocialização; (3) atuação profissional; e (4) marcadores sociais. Ressalta-se que, embora os estudos apresentem diferentes enfoques e níveis de aprofundamento, todos, em alguma medida, abordam esses eixos, ainda que com maior ou menor intensidade. Dessa forma, a categorização foi definida considerando a recorrência e a relevância desses temas no conjunto analisado.

Políticas públicas e atuação institucional

Os artigos evidenciam a existência de diversas iniciativas no contexto brasileiro voltadas à reintegração social de egressos do sistema prisional, entre elas, destacam-se programas e instituições como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), além de iniciativas específicas como o Programa de Inclusão Social de Egressos Prisionais (PrEsp), os Escritórios Sociais propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa de Monitoramento Eletrônico, o Programa Recomeço e o Projeto Nova Chance. Também se inserem nesse contexto a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que ampliam a atuação multiprofissional no atendimento a essa população (Soares et al, 2025; Sousa et al, 2019; Gomes et al, 2020; Miranda et al, 2022; Castanho, 2019).

Destacam-se ainda dispositivos voltados diretamente ao acompanhamento de egressos e suas famílias, como as Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEF) (Castanho, 2019), bem como iniciativas de inclusão social e produtiva, como o Projeto Alvorada, desenvolvido

no Instituto Federal de Goiás (Gomes et al, 2020). Além disso, modelos alternativos de execução penal, como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), também são mencionados como experiências institucionais voltadas à ressocialização (Alfredo et al, 2024). Complementarmente, são citadas ações de formação profissional desenvolvidas por instituições como SENAI e SENAC, que buscam contribuir para a inserção no mercado de trabalho (Castanho, 2019; Gomes et al, 2020).

Apesar dessa diversidade de programas, políticas e instituições, os estudos convergem ao apontar limitações significativas na efetividade dessas iniciativas. De modo geral, são descritas como insuficientes, pouco eficazes e, em muitos casos, restritas ao plano formal, apresentando fragilidades em sua aplicação prática. Também se evidenciam dificuldades relacionadas à continuidade das ações após o cumprimento da pena, especialmente no que se refere ao acompanhamento psicológico, à inserção profissional e ao acesso a serviços de saúde (Castanho, 2019).

Ademais, foi identificada, em alguns contextos, a ausência de transparência na disponibilização de dados públicos sobre tais iniciativas, o que dificulta a avaliação de seu alcance e impacto (Soares et al, 2025). Assim, embora haja um conjunto relevante de políticas e ações institucionais, evidencia-se a necessidade de fortalecimento, ampliação e qualificação dessas estratégias, bem como maior articulação entre os diferentes serviços e setores envolvidos no processo de reintegração social.

Processos de ressocialização

Observa-se que a ressocialização é compreendida de forma ampliada, não se restringindo ao período de cumprimento da pena, mas sendo analisada desde momentos anteriores ao encarceramento. Alguns estudos problematizam, inclusive, a própria ideia de “ressocialização”, considerando que muitos indivíduos privados de liberdade são oriundos de

contextos marcados por pobreza, violência, exclusão social e acesso limitado a direitos básicos, não tendo vivenciado plenamente processos prévios de inserção e socialização social (Castanho, 2019). Nesse sentido, os trabalhos apontam um caráter paradoxal na proposta de ressocializar indivíduos em contextos de privação de liberdade e em ambientes frequentemente marcados por violência e negligência institucional.

A ressocialização é abordada a partir de múltiplas dimensões, incluindo condições de saúde mental, higiene e dignidade no ambiente prisional, superlotação, disseminação de doenças, estigmatização social antes, durante e após o encarceramento, além da ausência de oportunidades educacionais e laborais. Também são discutidos fatores como o afastamento familiar, a formação de vínculos negativos no ambiente prisional e o fenômeno da “prisionização”, como citado por Castanho (2019), entendido como o processo de internalização das normas e dinâmicas da vida no cárcere, que tende a se intensificar com o tempo de permanência no sistema. Os estudos ainda destacam a importância da família e da empregabilidade como elementos centrais no processo de reinserção social, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelos egressos após o cumprimento da pena. Tais aspectos evidenciam a complexidade do processo de ressocialização e os múltiplos obstáculos que o atravessam (Mutz et al, 2021; Santos et al, 2015).

Atuação profissional no sistema prisional

Os artigos analisados apontam desafios significativos enfrentados por trabalhadores que atuam no sistema prisional, tanto no contexto brasileiro quanto internacional. Destaca-se a escassez de profissionais qualificados, associada à baixa atratividade da área, o que resulta em sobrecarga de trabalho e condições laborais frequentemente insatisfatórias e insalubres (Rossetto et al, 2022). Além disso, são relatadas dificuldades relacionadas ao estigma social,

ao medo no exercício profissional, sentimentos de angústia e frustração, bem como à falta de articulação entre equipes multiprofissionais (Rossetto et al, 2022) .

Observam-se, ainda, conflitos entre diferentes categorias profissionais, como entre agentes penitenciários e equipes de saúde ou educação, comprometendo a continuidade e a efetividade das intervenções. Alguns estudos apontam que profissionais da educação relatam interesse e satisfação no trabalho desenvolvido com pessoas privadas de liberdade, destacando o envolvimento e respeito demonstrado por muitos alunos no contexto prisional (Sousa et al, 2019). Entretanto, tais iniciativas frequentemente esbarram em limitações estruturais, falta de recursos materiais, ambientes improvisados e ausência de suporte institucional adequado (Rossetto et al, 2022).

Os estudos também evidenciam insuficiência de capacitação profissional e limitações na atuação de psicólogos, assistentes sociais e equipes de saúde, que muitas vezes acabam restritos ao cumprimento de demandas protocolares e burocráticas exigidas pelo sistema judiciário (Castanho, 2019). De modo geral, os profissionais destacam que o ambiente prisional não se configura como um espaço terapêutico ou educacional adequado, o que restringe significativamente a efetividade das intervenções realizadas (Castanho, 2019; Rossetto et al, 2022; Sousa et al, 2019).

Marcadores sociais

Por fim, o eixo dos marcadores sociais aparece como um elemento transversal aos demais, sendo fundamental para a compreensão das dificuldades enfrentadas por egressos do sistema prisional. Os artigos indicam que a condição egresso funciona como um marcador social permanente, que reforça estigmas e preconceitos. Esse rótulo impacta negativamente a construção de vínculos sociais, afetivos e profissionais, exigindo dos indivíduos constantes esforços para provar sua confiabilidade e adequação social. Tal estigmatização está

diretamente associada à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sendo comum que egressos enfrentem rejeição ou perda de oportunidades ao terem seu histórico revelado.

Em muitos casos, a inserção laboral ocorre apenas por meio de redes familiares ou de iniciativas públicas específicas. Dessa forma, os marcadores sociais contribuem para a manutenção de ciclos de exclusão e dificultam significativamente os processos de reintegração social.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar, por meio da revisão narrativa, a (in)eficácia do poder público e do atual sistema prisional brasileiro, evidenciando as dificuldades em garantir a ressocialização e os direitos humanos básicos, com foco nas dimensões psicossociais, na desigualdade e nos processos de exclusão. A partir da análise dos nove artigos selecionados, foi possível reunir diferentes perspectivas metodológicas (incluindo estudos qualitativos, descritivos, exploratórios, estudos de caso e revisões de literatura) que abordam o fenômeno da ressocialização em distintos contextos.

De forma geral, os resultados apresentados nos estudos convergem ao apontar que, embora existam políticas públicas e programas voltados à ressocialização, estes são frequentemente descritos como insuficientes ou ineficazes. Os artigos destacam limitações estruturais do sistema prisional, como problemas de infraestrutura, superlotação, dificuldades no acesso à saúde e à educação, além de falhas na gestão e na distribuição de recursos.

No plano psicossocial, são recorrentes as menções ao estigma, ao preconceito e às dificuldades de reinserção social, especialmente no que se refere ao acesso ao trabalho. Por outro lado, os estudos também evidenciam a importância de fatores como a família e a empregabilidade como elementos centrais no processo de reinserção.

Ademais, são descritas as condições de atuação dos profissionais, marcadas por sobrecarga, falta de capacitação e limitações institucionais, bem como especificidades relacionadas a gênero e experiências em programas educacionais.

Quanto às limitações dos estudos analisados, observa-se que muitos apresentam recortes específicos, seja por localização geográfica, população investigada ou delineamento metodológico, o que pode restringir a abrangência dos achados. Também se identifica a predominância de abordagens qualitativas, com menor presença de estudos quantitativos. Em relação a este trabalho, destaca-se como limitação o número reduzido de artigos incluídos na análise, bem como a utilização exclusiva de dados secundários, sem a realização de pesquisa de campo.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo de análise, incorporando diferentes metodologias e contextos regionais, além de investigações que explorem de forma mais aprofundada aspectos como políticas públicas, empregabilidade de egressos e redes de apoio. Estudos longitudinais e quantitativos também podem contribuir para uma compreensão mais ampla do fenômeno, possibilitando o acompanhamento do processo de ressocialização ao longo do tempo.

Referências

- Alfredo, C. A. de M., Aleixo, L. R., & Alves, A. L. M. (2024). *o sistema prisional brasileiro e a ressocialização do preso*. REVISTA FOCO, 17(1), e4132.
<https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-065>
- BIREME. OPAS. OMS. LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. BIREME, 2024. <https://lilacs.bvsalud.org>.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Presidência da República. planalto.gov.br
- BRASIL. [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#). Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, 13 jul. 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portal de Periódicos CAPES. CAPES, 2024.
<http://www.periodicos.capes.gov.br>.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Informativo à sociedade: ADPF 347. STF, 6 out. 2023.
https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347InformaosociedadeV2_6out23_17h55.pdf.
- Castanho, A. C. F. (2019). A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e Família (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Pena justa e fala efetiva*. CNJ, fevereiro de 2025.
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/02/12-02-2025-pena-justa-fala-efetiva.pdf>
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024..[\[1, 2\]](#)

Miranda, R. B., Goldberg, A., & Bermudez, X. P. D. (2022). Programas de reinserção social para egressos do sistema prisional no Brasil: há um olhar para o recorte de gênero?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 4599-4616.

Moretti, R. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022.

Mutz, J. J., & Aranzedo, A. C. (2021). Marcados pelo crime: os desafios enfrentados no processo de reinserção social de pessoas que cumpriram pena em regime fechado. *Revista Sociais E Humanas*, 34(1). <https://doi.org/10.5902/2317175836119>

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4ª ed.)*. LTC.

Gomes, P. L & Santiago, L.A (2020). O Projeto Alvorada no Instituto Federal de Goiás: ressocialização de egressos do sistema prisional. *#Tear: Revista De Educação, Ciência E Tecnologia*, 9(2). <https://doi.org/10.35819/tear.v9.n2.a4380>

OXFAM BRASIL. Desigualdade S.A.: Como o poder corporativo divide o nosso mundo e o que precisamos para moldar uma economia que funcione para todas e todos. Oxfam Brasil, 2024. <https://www.oxfan.org.br>

Rossetto, M., Drechsler, G., Kuerten, L. F., Souza, R. M., & Batista, J. L. Olhar profissional no atendimento em saúde às pessoas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 20, 2022,e00909197. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs909>

Santos & Silva (2017). Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social.

Psicologia em Revista, 23(3), 975-993.

<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p975-993>

Soares, M. F., Cruz, T. B. de P., Ribeiro, L. M. de P., & Assis, L. B. de. (2025). A Atuação da administração prisional no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à

ressocialização de egressos do sistema prisional brasileiro. *Revista Políticas Públicas*

& Cidades, 14(5), e1966. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n5-32-2025>

Sousa, Rozineide da Silva Carneiro, & Rocha, José Cláudio. (2019). O Direito Humano à

Educação nas Prisões: um estudo de caso sobre a Educação de Jovens e Adultos no

Conjunto Penal de Teixeira de Freitas. *Educação UNISINOS*, 23(3), 526-543. Epub

04 de maio de 2020. <https://doi.org/10.4013/edu.2019.233.09>

Spink, M. J. P., & Medrado, B. (2013). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem

teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.),

Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano (pp. 22–41). Centro

Edelstein de Pesquisas Sociais.